

“NOTAS PARA UM ESTUDO DE HISTORIOGRAFIA COLONIAL”

— Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas de Luís dos Santos Vilhena —

Leopoldo Collor Jobim

1 — EDIÇÕES DE NOTÍCIAS

A única obra que se conhece de Vilhena é a **Recopilação de notícias soteropolitanas e brasilicas**, escrita entre 1797 e 1801.

Essa obra, segundo o autor, afirma reiteradas vezes, não se destinava à publicação: “Sei muito bem que as minhas Cartas não serão vistas mais que por ti”¹. E só veio a ser publicada cento e vinte anos depois de escrita.

Conhecem-se quatro manuscritos de Vilhena. Um deles foi doado por Gonçalves Dias ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1847 e 1852, estando arrolado no **Relatório dos Manuscritos oferecidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**².

Pedro Calmon, em sua **História da Literatura Bahiana**, afirma que existe uma cópia manuscrita da obra no Arquivo do Conde dos Arcos, no Palácio de S. Miguel, em Lisboa³.

Outro manuscrito foi registrado por Antônia de Carvalho, no **Catálogo da Exposição da História do Brasil**, de 1881.

Há ainda, na Biblioteca Nacional, o exemplar autografado que se encontra na coleção José Carlos Rodrigues, sob o número 2.544. Acompanham o texto dois volumes de desenhos. Para sua edição, Braz do Amaral baseou-se neste manuscrito, segundo afirma na comunicação à Academia de Letras da Bahia, e que vem reproduzida na sua edição da obra⁴. Afirma:

“O livro manuscrito de Vilhena foi por ele dedicado ao Príncipe Regente, depois Rei de Portugal e do Brasil, sob o nome de D. João VI, em 1802.

"D. João ofereceu, segundo é de presumir, a seu ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, tão dedicado às coisas do Brasil.

"Informaram-me que, em um leilão realizado em Lisboa foi muitos anos depois vendido por cem mil réis, moeda forte.

"O embaixador Assis Brasil, tendo conhecimento da importância da obra, chegou a dar por ela quatrocentos mil réis, moeda forte, sem que o seu dono quisesse cede-la.

"O Sr. José Carlos Rodrigues comprou-a, segundo me disseram, por cem libras esterlinas".⁵

As edições da obra foram as seguintes:

- 1 **Recopilação de Notícias soteropolitanas e brasileira contidas em XX cartas.** Anotadas pelo Prof. Braz do Amaral, Imprensa Oficial da Bahia, v. 1 ... 1921, v. 2 ... 1921, Intercalado ao texto uma e outra carta, seguem-se as Notas e Commentários do editor.
- 2 **A Bahia no Século XVIII.** Editora Itapuã, Bahia, 1969, 3 v. Com outro título, contém modificações adjetivas, entre as quais a atualização da ortografia e uma intitulação diferente. Mas esta edição inclui a carta XXI, sobre São Paulo. Contém ainda uma apresentação por Edison Carneiro sobre o valor da obra e do autor, e alguns dados biográficos recentemente descobertos.
- 3 **Notícias Brasilicas,** editadas pelo Arquivo Nacional nas publicações dessa instituição, v. IX, 1909, p. 133-237. Aí estão as cartas 22, 23 e 24.
- 4 **Carta XIX em que se dá notícias da Comarca do Ceará Grande...** transcrita da primeira edição. Revista do Instituto do Ceará, XXI, 1907, p. 149 a 181.
- 5 **Recopilação de Notícias da Capitania de São Paulo...**, edição da Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1935⁽⁶⁾.
- 6 **Recopilação de Notícias da Capitania de São Paulo,** com a ortografia atualizada, editada e comentada por

Ernani Silva Bruno. Está incluída em **Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial**, Coleção Paulística, v. I, Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1977.

- 7 **Recopilação de Notícias soteropolitanas e brasílicas** por Luís dos Santos Vilhena. Carta XXII RIHGB, 1908, 84124. Reproduz a carta sobre a Comarca de Alagoas e a de Pernambuco.

Para este trabalho, foi utilizada a edição de 1921, para a carta XXI foi utilizada a edição de 1977, da Coleção Paulística.

2 — A ESTRUTURA

Pode-se analisar a estrutura das **Notícias** de duas maneiras. A primeira, respeitando a classificação do autor, que divide sua obra por Cartas, cada qual correspondendo **grosso modo** a um assunto. Assim, a carta VIII trata da educação na Bahia, e a carta XXIII trata de Goiás.

Outra maneira de perceber a estrutura das **Notícias**, que surgiu no decorrer deste trabalho, pretende apreender uma realidade mais essencial do discurso de Vilhena. Não se atendo ao aspecto formal, exige desse aspecto formal um remanejo, a fim de atingir o sentido interno do texto. Para tal, presume-se que o texto tenha um sentido inerente a si, um espírito que possibilite a sua classificação em texto explicativo, descritivo, crítico e político. São na realidade diversos níveis de leitura de obra.

É importante frisar que, a cada um destes sentidos do texto, não corresponde uma carta, nome que Vilhena dá aos capítulos de sua obra; a estrutura formal das **Notícias** não corresponde obrigatoriamente à sua estrutura essencial. Pode ser que uma carta inteira seja só descritiva, mas, na maioria das vezes, encontrar-se-ão trechos ou até frases — descritivos, políticos, críticos ou explicativos intercalados.

Em relação à arquitetura formal do texto, seguindo-se a estrutura de Vilhena, verifica-se que essa forma epistolar é comum na época em que foi escrita, já que consiste em cartas dirigidas a um amigo imaginário. Cada carta trata de um ou mais assuntos, e o conjunto das mesmas — a recopilação compõem um painel da sociedade brasileira desde a descoberta do Brasil até os últimos anos do século XVIII.

A ficção epistolar está nesta época em voga: "Verney publicara o seu "Verdadeiro Método"⁷ seguido esse modelo. O academicismo ainda dominante faz com que os autores dediquem suas obras a pessoas com nomes greco-romanos, ou as assinem sob esses nomes elaborados a partir de raízes gregas e latinas. Muitas vezes os títulos também traduzem essa preocupação do clássico⁸.

As Cartas são em número de vinte e quatro, sendo as primeiras vinte dedicadas ao Príncipe Regente, e as seguintes oferecidas a D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Antes da primeira carta, vem uma dedicatória ao Príncipe Regente; segue-se um catálogo descrevendo sucintamente o conteúdo de cada carta, até a vigésima. Estão distribuídas em três livros. O primeiro livro abrange as cartas I a VIII, o segundo livro as seguintes até a vigésima. Todas essas cartas são endereçadas a **Filopono**, e vêm assinadas **Amador Verissimo de Aleteya**. Abaixo do indicativo do número de cada carta, vem uma indicação sumária de seu conteúdo.

Segue-se à carta vigésima uma carta sem número, endereçada a Patrífilo.

Vem agora, inaugurando um livro IV, uma carta dedicatória a D. Rodrigo de Souza Coutinho, à qual lhe sucede uma outra, mais longa.

Recomeça a partir daí, com a carta vigésima segunda, vigésima terceira e vigésima quarta, todas endereçadas a Patrífilo.

Inseridos nas cartas, aparecem gráficos, tabelas, mapas, desenhos.

Não há qualquer observação ou indicação do fato de não aparecer a carta vigésima primeira.

Seguindo o **Catalogo** que o autor inclui no começo das **Notícias**, antes da Carta I, ou, então, baseando-se na lista de tópicos abaixo do título de cada carta, pode-se fazer um levantamento dos assuntos tratados.

Na carta primeira, trata do descobrimento do Brasil, da vinda de Caramuru, do primeiro donatário da Capitania, sua morte e incorporação da mesma à Coroa. Descreve a Bahia,

a mudança cidade, seus bairros, clima e limites da Capitania e das comarcas de que se compõem; o comércio, o perigo de se construir no alto do morro, do Senado da Câmara. Em anexo há um mapa de exportação e importação.

Na Carta Segunda, aborda vários aspectos urbanos de Salvador.

A Carta Terceira versa sobre a estrutura política e econômica da cidade, o fornecimento de víveres, a Irmandade da Misericórdia; os abusos dos contratos reais e maus costumes; os males da escravidão e de suas conseqüências morais, a prostituição e a povoação do Brasil.

Na Carta Quatro, aborda problemas de saúde pública e dos maus costumes.

Na Carta Cinco, fala da economia agrícola, da indústria açucareira, do plantio de tabaco, anil e mandioca.

Na Carta Sexta, versa sobre as fortificações da cidade, anexando plantas da maioria das fortalezas.

Na Carta Sete, trata das guarnições militares: corpos de milícia e de linha; do recrutamento e da opressão da população civil pelos militares.

Na Carta Oito, trata da educação da Bahia, e anexa uma lista de todas as cadeiras e escolas da Capitania.

Na Carta Nona, trata do governo civil e da Capitania, com a história do Tribunal da Relação e dos demais tribunais, anexando uma listagem de todos os ocupantes dos cargos da administração da justiça.

A Carta Décima é composta de mapas com todos os empregos da Justiça e da Fazenda.

A Carta Onze contém a enumeração de todos os governadores e governos-gerais que houve na Bahia.

Na Carta Doze, trata da administração eclesiástica, da fundação dos conventos, mosteiros, irmandades, recolhimentos e ordens terceiras, e anexa um catálogo de todos os bispos, arcebispos e freguesias, assim como das aldeias dos índios, na época, transformadas em vilas.

Na Carta Treze, descreve o porto de Salvador, as facilidades e estrutura portuária, enumerando os demais portos do Brasil e, em seguida, as vilas do Recôncavo.

As Cartas Quatorze e Quinze tratam das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro.

A Carta Dezesesseis descreve as Comarcas de Sergipe d'El Rey, Jacobina, e Espírito Santo.

A Carta Dezesete trata das Capitanias do Rio Grande de São Pedro do Sul e da Ilha de Santa Catarina.

A Carta Dezoito, ao falar de Minas Gerais, narra a Guerra dos Emboabas, a localização das povoações e das principais minas.

A Carta Dezenove trata do Ceará e particularmente das minas de Cariris Novos.

A Carta Vinte trata dos animais, vegetais e minerais do Brasil.

A Carta seguinte, não numerada, é dirigida a Patrífilo, e precede os desenhos e mapas que acompanham o livro.

A Carta Vigésima Primeira descreve São Paulo e é acompanhada do roteiro de viagem do Conde de Azambuja ao Mato Grosso.

A Carta Vigésima Segunda refere à Alagoas e Pernambuco e Paraíba, além da Ilha Fernando de Noronha.

A Carta Vigésima Terceira descreve Goiás.

A Carta Vigésima Quarta descreve a política colonial portuguesa, e apresenta um plano geral de reforma, com reflexões sobre a agricultura e o comércio do Brasil com Portugal, dando um catálogo das nações de índios⁹.

Entretanto, esta divisão do texto que Vilhena adotou não permite um entendimento mais profundo dos diversos níveis de seu discurso. Só a indicação do tema não permite uma classificação mais reveladora, já que o mesmo assunto pode ser tratado de maneiras diversas, com uma intenção diferente. Por exemplo, em relação ao abastecimento de Salvador, pode limi-

tar-se a descrever como é organizado, ou pode criticá-lo, apontando uma solução para esse problema. A rigor, tudo seria rotulado indistintamente como abastecimento de Salvador.

Edison Carneiro, em sua edição das **Notícias**, pretende tornar a classificação mais reveladora, mas, na realidade, não abandona o critério formal, por assunto, de modo que ele tampouco resolve o problema. Limita-se a apresentar um índice com o tema genérico da carta, seguido de um detalhamento de assuntos mais específicos.

Analisando agora as **Notícias**, segundo este segundo critério, que parece permitir captar melhor a essência do discurso de Vilhena, verifica-se, como ficou acima dito, quatro tipos de discurso: o explicativo, o descritivo, o crítico e o político. A rigor, todos estes discursos interessam para o estudo, já que, mesmo o aparentemente mais neutro em termos ideológicos, ou seja, o descritivo, revela uma preocupação iluminista: a classificação, a organização da natureza, disciplinada pela razão.

Uma leitura atenta do **Cathalogo**¹⁰, elaborado por Vilhena, já fornece algumas indicações para detectar os diversos tipos de discurso, segundo esse sentido interno, essencial.

O primeiro — **explicativo** — é a enunciação de suas intenções, do que pretende, de como vai proceder, enfim, é a maneira pela qual o autor explica o sentido de sua obra, dando à mesma uma finalidade determinada.

Do segundo — **descritivo** — é bom exemplo a Carta XI, que “conthem unicamente um curiozo cathalogo de todos os Governadores, Vice-Reis e Governos geraes que tem havido na Bahia, com a noticia epilogada do que succedeo mais memoravel no tempo de cada hum”. Para evitar uma classificação mais detalhada, considera-se que possam ser incluídas aqui também os trechos em que apresenta um levantamento de fatos em ordem cronológica, ou seja, a sucessão histórica, que, entretanto, deve-se salientar, vem despida de qualquer comentário reflexivo: seria a crônica histórica.

O texto **crítico** aparece na carta II, quando “começa pello calleiro público, e dezordens que cauza a falta de huma Praça de pescado” e ainda “Razão da multidão de mendigos (e) ... errada Polícia na falta de subordinação a respeito de muitos escravos”.

O texto **político**, em que propõe reformas, tem como exemplo a carta V, onde coloca o modo por que "os senhores de engenho deverão economicamente reger", e "alguns dictames que parecem admissíveis e de razão para melhoramento da ... Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul"¹¹.

3 — FONTES

A análise das fontes de que se serviu Vilhena é um dos aspectos importantes do estudo de sua obra, porque delimita as fronteiras de seu universo cultural. Vilhena se preocupou em caracterizá-la, ainda na dedicatória ao Príncipe Regente:

"As noticias historicas que nellas se encontram, são compiladas, humas de algumas obras já publicadas, outras porém de manuscriptos não vulgares; não deixando de ser raras as noções que nellas dou as Capitánias, Comarcas, Costas, Rios, Serras, Mattas, Mineraes, e Lugares que descrevo. Os costumes, pois, uzos, indole dos naturaes, e habitantes, Commercio, e generos d'elle, eu o observei; da mesma forma que prezenceei, e inqueri o mais essencial da economia urbana, e rustica, bem como em tudo o mais que contem a presente Collecção, fiz a possivel deligencia por indagar a Verdade"¹².

Como ele afirma, a obra está basicamente fundamentada no que se refere a Salvador de sua época, na observação direta, na apreensão da realidade de forma espontânea ou imediata.

Mas, há também informações recolhidas, pois evidentemente não poderia conhecer de primeira mão todos os fatos que registra, por uma limitação tanto de tempo quanto de espaço. No Brasil, Vilhena vive só em Salvador e, considerando que escreve sobre "algumas outras partes deste Continente do Brasil"¹³, tem de se basear, para essas informações, em documentos ou relatos orais. Também ao narrar acontecimentos anteriores à sua chegada à Bahia é forçado a se remeter a fontes variadas.

O escrúpulo que manifesta em admitir como verdadeira qualquer informação demonstra um extremo rigor na apuração da verdade. Insiste muito, no correr da obra, em que sempre

se prende à **Verdade**, acreditando, pois, que se possa chegar a uma verdade eterna, perfeita e acabada. Essa crença, considerada hoje em dia ingênua, é de certa forma característica de sua época.

Assim, verifica-se que o autor utiliza fontes variadas: a) a observação direta, que chega ao seu conhecimento espontaneamente; b) o que dizem as pessoas a quem procura por seu conhecimento espontaneamente; c) as tradições; d) os livros de autores portugueses e estrangeiros; e) outras fontes literárias; f) os documentos, sejam eles documentos administrativos, cartas geográficas, mapas estatísticos, manuscritos em arquivos religiosos, inscrições em monumentos ou tratados de direito internacional. Inúmeras vezes compara uma informação com outra que lhe parece mais fidedigna¹⁴.

Ao retomar cada uma dessas fontes para entender que tratamento o autor dá a cada uma, pode-se fazer uma avaliação da seriedade de sua proposta e do espírito científico que o animava. Mais uma vez está agindo e pensando como um homem de sua época, pois a segunda metade do século XVIII foi o grande momento do racionalismo enciclopédico, da sistematização do conhecimento, da tentativa de enquadrar o mundo dentro de um todo coerente, equilibrado e homogêneo. As classificações pretendiam explicar o mundo físico, moral e sócio-cultural, tornando-o inteligível, assimilando-o de forma que se queria definitiva, completa, acabada.

A absorção da realidade quotidiana se dá de forma imediata, inclusive tornando seu estilo vivo, ágil, sensível. Não se constrange em registrar suas emoções e sentimentos, e permite que interfiram no texto as sensações que os diversos aspectos vão lhe causando. Ao criticar os informantes, os analisa com perspicácia, personalizando a avaliação: "O Padre Manoel de Affonseca... tocou este ponto, se bem que com sua afectação"¹⁵.

A respeito da Reforma da Sé de Salvador, diz:

"Quando nos fins de 1787 cheguei a esta cidade vi ainda toda a grande Praça de Jesus, cheia de pedraria tirada daquela demolição... notei porém com admiração, que dentro em dois annos dezappareceo inteiramente toda aquella pedra, ficando a praça limpa"¹⁶.

Nesta ocasião, Vilhena tem sua atenção despertada por um fato curioso, e o registra.

Para se ter uma idéia mais precisa de como Vilhena emprega as fontes, as mesmas serão analisadas na ordem acima determinada.

O autor refere-se freqüentemente à observação direta, salientando as dificuldades que encontra para tomar conhecimento do que lhe interessa registrar. A respeito da organização eclesiástica da Bahia, comenta:

"... na indagação que tenha feito me tem sido mais difficil o alcançar noticias modernas do que antigas, seja porque que as tem mas nega, ou porque julgão de pouca entidade o fazer memória do que de tempos vae acontecendo"¹⁷.

E se, por alguma circunstância, não consegue a informação que deseja, assim o afirma: "Não me foi possível averiguar"¹⁸.

Conforme foi apontado acima, tratando-se de fatos referentes a outras localidades que não Salvador, pede informações a respeito do assunto que lhe interessa, mas prudentemente questiona a veracidade do que lhe comunicam. Os "informantes"¹⁹ são analisados quanto à sua capacidade, e a seu real conhecimento. Também podem ser capacitados para informar sobre um assunto, mas não sobre outro:

"os informantes porém apezar de serem peritissimos das mattas creio que tem poucas noçoens de Geografia; motivo porque não afixo as distancias e nenhuma grande parte dos rumos que me apontarão assim como forão defectivos na navegação dos rios e fundos das barras, o que não convinha pouco para ajuizar sobre as tiradas e conduçoens das madeiras"²⁰.

Ou: "quem me informou alem de ter razoens para sobello, superabunda em honra, verdade e candura". Mesmo tendo todas essas qualidades, o autor ainda questiona a informação:

"apezar de tudo sempre me parecem muito os fogos que da a cada huma, se bem que a produção e comércio desta comarca, toda descoberta são atractivas para a residência de muita gente⁽²¹⁾.

Quando acredita que o reconhecimento do informante reforça a afirmação, o identifica:

"me acervera o Padre Fr. Ignácio de Santa Maria de Jesus, Religioso Franciscano, Missionário actual e vigário Regular da Missão do Senhor Bom Jesus da Jacobina"²².

Colhe subsídios também dos índios, "segundo a notícia dada por índios naturaes do Paíz²³.

Também a tradição é uma fonte válida, sendo uma maneira especial de tomar conhecimento de um fato; nesse caso a menciona expressamente: "rio das Contas, nome... que por tradição antiga chega aos nossos tempos"²⁴.

Não se pode afirmar com certeza que Vilhena tenha tido uma boa biblioteca, mas demonstra uma grande familiaridade com muitos dos autores que tratam do Brasil. Entretanto, uma leitura atenta das **Notícias** leva a crer que Vilhena deve ter tido acesso a uma quantidade razoável de livros, e que, através de relações pessoais com os meios mais cultos de Salvador, tenha tido acesso às bibliotecas particulares mais importantes da Bahia. Também é provável que tenha aproveitado sua viagem à Lisboa para obter livros que faltavam, se bem que estas sejam uma mera suposição, não havendo no texto nenhuma referência a tal fato.

Nem sempre é fácil ter acesso aos livros das bibliotecas existentes em Salvador:

"Tentei as mesmas (notícias) ... ainda nas Livrarias (dos conventos) de que não pude conseguir hum só livros para consultar"²⁵.

Na Carta Primeira, ao tratar das conseqüências da expulsão dos jesuítas, Vilhena lastima a dispersão da Biblioteca do Colégio da Companhia em Salvador:

"a caza da Livraria, cujos livros bons e muitos tem sido furtados e outros vendidos por quem os furtara por villísimos preços a Boticários e Tendeiros para embrulhar adubos e unguentos, podendo ter-se com modica despesa conservado, ainda que fóra para nelles se consultar muitas cousas, para que aqui não apparecessem livros, outros porém consta terem sahido para ornar estantes, sem que hoje exista nada delles"²⁶.

A maneira com que Vilhena compara as afirmações dos autores que cita é mais uma prova do rigor com que examina a autenticidade e a exatidão das fontes em que se apoia. Para chegar "a certeza do calculo"²⁷ confronta as opiniões divergentes:

"com qual dos Generaes veio D. Pedro da Silva ha discordia nos historiadores porque Pita no L^o 4^o n. 105 quer que elle viesse com D. Lopo, quando Menezes L^o 2^o pag. 54 diz que com D. Rodrigo"²⁸.

Os autores não são só portugueses, se bem que estes sejam a maioria. Refere-se "aos nossos e estrangeiros escritores"²⁹. Realmente, encontram-se citados escritores franceses como de la Condamine, Savari de Broustons e Pierre du Jaric; espanhóis como Alvaro Alonso Borba; holandeses como Gaspar Borleo e vários de outras nacionalidades.

Às vezes, menciona explicitamente a obra desses autores; outras vezes, dá a indicação que permite identificá-la. Cita por exemplo, de la Condamine a respeito dos índios:

"outras virtudes bem dignas de imitar-se observadas por Mr. de la Condamine entre as familias dos índios com quem praticou nas margens do rio das Amazonas por todo o tempo que viajou por elle, como lemos na descripção de sua memorável viagem por este rio e observações que nelle fez"³⁰.

A respeito da técnica de mineração, refere-se à "Voyage do (sic) Mer du Sud de Savari de Broustons"³¹ assinalando — como faz freqüentemente — a página em que aparece a citação. Pierre du Jaric, cujo nome aparece grafado errado,

como Jarrick, afirma que a vila do Espírito Santo "fica em 20 grãos de latitude austral e que dista 70 legoas do Rio de Janeiro"³².

Gaspar Borleo, cronista do Brasil Holandês, é referido como autoridade sobre Pernambuco, "na obra que escreveu do Governo de Acções do Conde João Mauricio de Nassau, Governador de Armas da Holanda do Brasil"³³.

Muitos dos autores são eclesiásticos, e alguns são jesuítas. Vilhena utiliza três histórias da Companhia de Jesús; a **História Geral da Companhia**, do Padre Sachim³⁴, a **História da Companhia** do Padre Cordara³⁵, História da **Cia. de Jesús**, do Padre Simão de Vasconcellos³⁶. Refere-se ainda a outro jesuíta: "largamente refere o Padre Fernão Guerreiro da Companhia no 4º das Couzas do Brasil, fls. 121 e 122"³⁷.

Entre as crônicas de História do Brasil, Vilhena utiliza, sobre a conquista da Bahia pelos holandeses, a obra de Francisco de Brito Freire **Nova luzitana ou história da guerra brasileira**³⁸.

Ainda sobre as guerras holandesas, cita Menezes Port. Rest. Tom, Liv. 2º pag. 49³⁹, e Manuel de Faria e Sousa, autor de a **Europa Portuguesa**⁴⁰; aproveita os dados apresentados por este último historiador para esclarecer alguns pontos dessa guerra.

Refere a obra de frei Vicente do Salvador, naturalmente através de outro historiador, já que essa **História do Brasil** era ainda inédita⁴¹.

Rocha Pitta é o autor mais citado por Vilhena. A **História da América Portuguesa**,⁴² e constantemente utilizada comparando o que escreve o **Pita**⁴³ com o que escrevem outros historiadores e conferindo freqüentemente suas afirmações com documentos:

"Pita na sua hist. pag. 195 n. 89, concorda com hum manuscrito que havia no Colégio da Bahia e dizia fôra este Governador juiz na Festa das Virgens naquelle anno de 1598"⁴⁴.

Completa, às vezes, as suas informações como no caso referente ao Ouvidor Geral Cosme Rangel de Macedo.

"Refere Pita na sua História que elle governara só três annos e fallecera; não diz porem o dia e mez que fallecera, nem onde faz sepultado. Por hum manuscripto antigo constou que fallecera em 17 de junho de 1581"⁴⁵.

Ou também as refuta:

"Com este novo documento que appareceo fica absolutamente destruida a opinião de Pita infra e forçada a do manuscripto que sigo, assim como com o assento das posses da Secretaria do Estado"⁴⁶.

A respeito da Guerra dos Emboabas, critica severamente Rocha Pita:

"Se estas ordens e cartas houverão chegado a noticia de alguns dos escriptores modernos como o Rocha Pita, pode ser se não tiverão desviado tanto da verdade"⁴⁷.

Esta criação é esclarecedora dos critérios com que trabalham:

"Diogo de Mendonça Furtado, affirma o Rocha Pitta que tomara posse no anno de 1622; dois manuscriptos porem antigos concordão em que este Governador tomara posse em 12 de outubro do anno de 1612 e com estes me conformo, por me parecerem mais verozimeis, apezar de não terem a mesma autoridade que o Pita. Contudo no presente cazo se lhes deve dar muito credito pela concórdia que nelles se observa e pela de que muita gente boa cria... Faura e Souza — Condara — Brito e outros ma's historiadores concordão no mesmo"⁴⁸.

Fica evidenciado, com esta transcrição, o conceito que Vilhena tem de Rocha Pita, seu bom-senso ao avaliar o documento, a importância que atribui ao documento em si e, também, o escrúpulo em compará-lo com o que dizem outros historiadores.

Refere-se também a

"huma História da Capitania do ... Governo (de D. Fernando José de Portugal), a mais exacta que até o presente tem sabido à luz..."⁴⁹.

cujo manuscrito Vilhena afirma conhecer.

Fontes literárias como poesias são também levadas em consideração:

"a breve notícia ... havia de um Poema Manuscripto de Diogo Garsson Tinoco, feito no anno de 1689, em que mostra o quanto Fernão Dias Paes trabalhou nesta empreza"⁵⁰.

Ou, também, sobre a Guerra dos Emboabas: "combate de que se lê huma fiel Relação em hum diário, escripto por hum anônimo intitulado Forasteiro Curioso"⁵¹.

Também servem de fonte para Vilhena as inscrições em monumentos; transcreve "as inscrições seguintes, que escrevo como monumentos de antiguidade que ali descobri. Ao entrar pela porta principal da Igreja de N. S. da Victoria está a pedra de huma sepultura, em que se lê: "Aqui jaz Affonço Rodrigues, natural de Obidos, o primeiro homem que cazou nesta terra; falleceo na era de 1561"⁵².

A importância que atribui às fontes documentais fica comprovada quando lastima "a queima que os Holandezes fizeram de todas as secretarias, archivos e cartórios desta cidade"⁵³. E,

"A admirável ordem em que hoje se acha a secretaria de Estado que antes era um cachos devese a S. Exa. (D. Fernando José de Portugal) bem como a reforma dos livros mais antigos e papeis neste paiz, de forma que não tardando muito se viria a lamentar a falta de muitos, da mesma forma que se sente a dos que os Hollandeses reduzirão a cinzas quando tomarão esta cidade, assim como há de sentir o pouco ou nenhum apreço que se fez de manuscriptos no spolio ou confisco dos Jesuitas do Colegio desta cidade e mais cazas"⁵⁴.

Muitos dos documentos empregados na elaboração das **Notícias** são de origem eclesiástica. A estrutura do Império

Colonial Português e o caráter da religiosidade da época — em que a fé permeiam todas as ações do homem, e onde a Igreja é incumbida de uma série de funções que hoje em dia são consideradas fora de seu âmbito — tornam a documentação religiosa imprescindível para quem quisesse descrever essa sociedade. Vilhena queixa-se das dificuldades ao pesquisar essas fontes:

“tratei alcançar notícias pela Camara Eclesiástica, de todas porem a achei mais ferrolhada que a torre de Danae. Tentei as mesmas pelos archivos de algumas cazas Religiosas e em todas achei iguaes difficuldades”⁵⁵.

Dificultava também a pesquisa o fato dos documentos estarem arquivados em lugares os mais diversos, entretanto, o autor faz questão de consignar, na maioria das vezes, o lugar onde se encontrava a fonte citada:

Pelo Alvará de sesmaria que se acha lançada no L^o do Tombo dos Religiozos Carmelitas da Bahia de fl. 81 até 88 subscripta na passagem que se fez do Livro Velho para este dito Livro pelo Tabelião Antonio Rodrigues Pinheiro em 4 de agosto de 1679 e concertada pelo Inqueridor e Contador João Ribeiro Pinto, onde estava assignado o Padre Procurador Geral que então era Fr. Bazili de Brito, consta que Mathias de Albuquerque exercia as funções de Governador de Olinda, onde então se achava por o D. Francisco de Moura, Capitão-mór desta capitania foi mandado por Mathias de Albuquerque que lhe transferio todos os seus poderes para melhor poder executar a ordem de S. Magestade que o incumbia de fazer guerra ao inimigo na Bahia o que se vê da Provisão seguinte, tirada do mencionado livro”⁵⁶.

Transcreve a seguir a provisão na íntegra.

A respeito das atribuições da Relação Eclesiástica:

“e o mais em que ali se empregão poderás ver no Regimento do Auditório Ecclziastico que se acha na Constituição do Arcebispo L^o 4^o § 318 pag. 84”⁵⁷.

Os documentos oficiais, ou seja, administrativos são a maioria e abrangem desde determinações da Coroa, até os livros do Senado da Câmara, que registram as aspirações dos portugueses aqui radicados. Um exemplo disto é:

"Não tardando nomear S. Magestade (D. Pedro II) para o Governo do Rio de Janeiro a Arthur de Sá e Menezes a quem por Carta Régia de 16 de Dezembro de 1696 ordenou passasse ao descobrimento de Minas do Sul, pondo em execução o que se havia ordenado por officio da secretaria do fallecido Governador"⁵⁸.

Os forais das capitanias também provinham diretamente do rei. Ao analisar os privilégios de Jorge de Figueiredo Correa e Alarcão donatário de Ilheos, reporta-se ao "registro dos seus Foraes"⁵⁹. Como a Coroa intervinha constantemente nos mais variados aspectos da vida colonial, vêem-se freqüentes referências a determinação do Rei:

"Na mesma secretaria em seus competentes registros se acham repetidas de S. M. sobre a expulsão dos Religiosos que vivem em Minas"⁶⁰.

O mesmo ocorre em relação às:

"Reaes Determinações a favor dos Indios ... registradas nos livros da Secretaria daquella Capitania transferidas talvez muitas da de S. Paolo de que ella se desmembrou"⁶¹.

Seguem os estratos de quatorze determinações a respeito dos índios:

Os livros das diversas secretarias são um rico depósito de documentos:

"Em um livro que existe na Secretaria de Estado da Bahia se acha o registro de huma carta ou ordem d'El Rey ao Conde de Villa Pouca no anno de 1647"⁶².

Ainda:

"Quem fosse Manoel Nunes Vianna sabe-se pelo testemunho do Conde de Assumar em

huma carta que se acha registrada em o livro nº Setimo da Secretaria do Governo de Minas Geraes assim como no mesmo livro se encontrarão muitas outras... , as quais por brevidade se não transcrevem"⁶³.

Os livros de posse da Relação fornecem muitos dados:

"Consta do Livro das pessoas da Relação que este Fidalgo tomara posse de Governador della em 3 de Março de 1653 em cujo dia se fez a primeira Relação"⁶⁴.

Ainda a respeito desse tribunal:

"em 12 de Setembro de 1626 se tirou, como se vê do Alvará que se acha registrado na caza da Fazenda no L^o 2 fl. 40 que fica copeado na Carta nona"⁶⁵.

efetivamente esse documento aparece transcrito nessa carta⁶⁶.

Os livros das atas do Senado da Câmara também são imprescindíveis para conformar um panorama global da vida no Brasil colônia:

"uma carta que (Caldeira Brande) enviou a S. Paolo e se acha registrada em hum dos livros da Camera daquela cidade, tit. 2708 pag. 245 datada no Rio das Mortes em 19 de Novembro de 1709"⁶⁷.

E

"termo que na Camera de S. Paolo se lavrara em 22 de Agosto de 1709 ... se achava registrado no livro das vereações tit. 1901 pag. 124, 130, 136"⁶⁸.

Outro tipo de documentação oficial a que Vilhena dá o respectivo valor são os tratados de direito internacional. Ao tratar da fronteira com as possessões espanholas na América, menciona a "escriptura de venda das Ilhas de Moluco., em Saragoça, celebrada entre o Imperador Carlos e o Senhor Rey D. João III no anno de 1529"⁶⁹, além da Bula de Alexandre VI em 1494 e os tratados de Utrecht e de Madrid.

Os arquivos particulares também são pesquisados:

"huma... provizão passada a 7 do mez de Setembro do dito anno a Francisco Dias d'Avila, na qual o constitue Capitão Mór da gente do distrito do Rio Jacuipe, athé o Rio Real. Consta authenticamente de huns papéis antigos da caza so senhor da Torre, folhas 12 e 13"70.

Finalmente, as **Noticias** vêm complementadas por mapas, gráficos e anexos como sejam roteiros e diários de viagem, plantas de cidade e de fortalezas, desenhos de uniformes militares e listas enumerativas diversas.

Os mapas são muito bem analisados, no sentido de que o autor os vai anotando, comparando um com o outro, seleccionando os que considera mais atualizados e exatos.

"Tenho duas opiniens contra a latitude e ainda posição em que na Carta do mencionado Columbina vejo marcados estes dois Arrayaes, senão he, como me persuado, descuido de quem a copiou"71.

É impressionante a variedade de mapas que consulta, tanto de portugueses como de estrangeiros: "Algumas cartas estrangeiras dão a predita ponta de terra o nome de cabo de Muciripe"72. E ainda:

"Pella parte de Sul devida o Brasil na Bahia de S. Matias (dizem outros Matheus) 170 legoas a leste do rio da Prata, e em calculos geográficos, e doutras cartas de Jorge Reinell, João de Laet, Fernão Rodrigues de Castro, Bartholomeu Velho e mostram partir a demarcação e devisção do que toca a cada huma das coroas pelo cabo de los Hunos, e boca do Rio Fresco ao Norte do das Amazonas"73.

Para conferir todos esses dados utiliza também "as observações que nos annos de 1730 e 1731 fizeram por ordem de S. Magestade de os P. P. Diogo Soares Capaci, Mathemáticos Régios"74. E anexa:

"hum manuscripto bem pouco vulgar... as latitudes em que se achão os lugares mais remar-

cáveis de Minas Gerais nas suas competentes comarcas tiradas pelos mathemáticos Capaci, enviados para esse fim aquella capitania pello El-Rey D. João V, as quais não serão exactas, mas não me consta as haja melhores"⁷⁵.

Entre os roteiros consta a viagem do Conde de Azambuja a Cuiabá, anexo à **Recopilação de notícias da capitania de São Paulo**⁷⁶, e o

"Roteiro da Viagem que Descendo pello rio Tocantins mandou fazer o Illm^o Governador da Capitania de Goyaz José de Almeida e Vasconcellos saindo do Districto do Pontal para a cidade do Pará em duas Canoas, huma da invocação N. S. da Lapa, e S. Caetano, a outra, em que embarcarão 11 pessoas no dia 7 de agosto do anno de 1774"⁷⁷.

Pode também ser considerado onte o material que a crescenta ao texto propriamente dito:

"juntei cartas ou Plantas Geographicas e Topographicas da maior parte dellas, bem como da Cidade e Fortalezas, de quasi toda a Capitania, de seos Prospectos, com os Padrões dos Regimentos da Guarnição da Cidade, e huma Planta Ydrografica de toda a Bahia, preferível a todas as que athé agora tem aparecido, copiadas de forma que a minha curiosidade me ajudou, de huma não vulgar Collecção"⁷⁸.

Do **Índice das Matérias e de Estampas**, elaborado por Braz do Amaral, e que figura no início a edição das **Notícias**, podem ser relacionados os mapas, plantas e desenhos que constam dessa primeira edição"⁷⁹.

Ainda, no fim das **Notícias**, acrescenta um "Catálogo dos nomes de algumas nações de índios que descobrira, junto ao grande rio da Amazonas"⁸⁰.

Como fica evidenciado por esta análise das fontes utilizadas por Vilhena, verifica-se que estudou, de forma sistemática e conscienciosa, os documentos de que poderia dispor em Salvador. Deu-se ao trabalho de conferir as informações, inclusive as menos importantes, como por exemplo a data da posse de um administrador.

A bibliografia que afirma ter consultado é bastante limitada. Não admite ter consultado qualquer livro proibido pela censura portuguesa, nem faz qualquer citação que permita concluir que o tivesse feito⁸¹. Os livros de história são os menos controvertidos possíveis, como, por exemplo, o de Rocha Pita, modelo de conformismo e de espírito de cortesão, e muitos dos autores já podem ser considerados ultrapassados.

Emprega esses livros como fonte de informações a serem verificadas, e não como manancial de idéias ou como inspiração para teorizações.

Se bem que se possa descartar a hipótese de Vilhena estar escrevendo só para fornecer subsídios para que outros venham a elaborar uma história do Brasil, "poderiam servir de elementos, e auxílio para huma História Brasílica"⁸² e indiscutível que as **Notícias** não são propriamente uma obra histórica, no sentido de uma versão integralizada do passado, inserida dentro de uma visão própria, que pretende explicar a realidade.

Sob alguns aspectos não chega a isso, mas, sob outro ângulo, é muito mais do que isso, já que se propõe uma reforma política do Brasil. Assim, é sob este ângulo que deve ser valorizado: como um projeto político. Não está tão preocupado em interpretar o passado, mas, sim, em construir o futuro.

Resta tratar aqui de um problema que, de certa forma, foge ao escopo deste trabalho, mas que deve ficar esclarecido. Edison Carneiro, em sua edição das **Notícias**, afirma, em relação às fontes de Vilhena, que "são, em geral, obscuras", o que é de estranhar, considerando o acima exposto, acerca da preocupação de Vilhena em pormenorizar cada indicação relativa a suas fontes.

Entretanto, esta acusação é seguida de outra mais grave, onde afirma que Vilhena plagiou a **Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**, de José Antonio Caldas⁸³. Para tal se baseia no fato de que

"os assuntos tratados são os mesmos, quase sempre na mesma ordem, e idêntico, é não só o tipo de informação, mas também a sua sustentação documental. Basta comparar as tédio-

sas relações de juizes e desembargadores, de governadores, de bispos e arcebispos, as descrições de fortalezas, os mapas de despesas civis, eclesiásticas e militares... Caldas limitou as suas buscas à Capitania da Bahia, Vilhena tentou estendê-las (mal) a toda a colonia, com propósitos diferentes da simples exposição de Caldas"⁸⁴.

Repetindo o que foi dito acima, ou seja, de que esta acusação não se refere propriamente ao valor de Vilhena para o ângulo de enfoque deste trabalho, deve-se esclarecer que o material que Vilhena pode ter copiado de José Antonio Caldas constituiria a parte do texto considerada "descritiva", e não a "crítica", "reflexiva" ou explicativa, que interessa neste momento.

Entretanto, José Honório Rodrigues não leva esta possibilidade em consideração quando compara José Antonio Caldas e Vilhena.

"O livro (Notícia Geral) é simplesmente descritivo, sem a força crítica, a visão social e econômica de Luís dos Santos Vilhena, que como este não trata somente da Bahia, mas das outras capitanias. Como Vilhena é mais geral que este, que se limita a relacionar os governadores das demais capitanias, fica este aqui na historiografia geral. A **Notícia** é um conjunto de informações nominativas, enumerativas e estatísticas, mapas e tabelas, sem nenhuma reflexão sobre o passado e o seu presente. É obra seca, árida, de leitura fatigante, que mais serve e servirá como enciclopédia de fatos, de nomes, de rendas, de despesas, de forças, de fortalezas da Bahia e de relações nominais de outras capitanias"⁸⁵.

O valor da obra de Vilhena está justamente nas suas reflexões, eminentemente pessoais, que traduzem um pensamento político com as características que estão sendo descritas. Se há uma coincidência entre as descrições de ambos, isto não afeta de maneira nenhuma o valor de Vilhena para efeitos deste trabalho. Tanto assim, que no final das **Notícias**, confidencia ao Conde de Linhares:

"descobrirás logo que muitos pensamentos, e ainda períodos inteiros não são meus o que já confesso com a maior ingenuidade"⁸⁶.

4 — A INTENÇÃO DE VILHENA

Por que o autor escreveu as **Notícias**?

Da leitura do texto de Vilhena, infere-se o ano em que escreveu as **Notícias**. Afirma que "há justamente duzentos e cinquenta anos que a cidade da Bahia foi fundada no cittio em que hoje existe"⁸⁷. Como Tomé de Souza fundou Salvador em 1549, o autor estava escrevendo em 1799. Há várias outras indicações, algumas precisas e outras mais aproximadas, dessa data.

Deve ter durado alguns anos a compilação e redação de tão extensa obra, como se pode deduzir do seguinte trecho: "a coleção de Plantas que te envio como roteiro para guiar-te à melhor intelligencia do que nas minhas cartas escrevi"⁸⁸, foi "projectado todo elle e concluido em menos de trez annos"⁸⁹.

Em dezembro de 1799 embarca para Lisboa, em licença, para tratamento de saúde⁹⁰.

Sua viagem é difícil, tendo o navio em que viajava enfrentado uma tempestade perigosa, na qual parte das anotações que levava para terminar ou ao menos continuar a escrever as **Notícias** foram perdidas:

"revolvendo a confuza colecção de notícias que havia juntado, achei que nos restos, de que o mar não me despojara havia para ampliar aquelas cartas"⁹¹.

E: "uma planta Topográfica nada vulgar, reziduo único que o avarento mar me deixou em uma horrorosa tormenta"⁽⁹²⁾; ainda:

"Este "o governador de Goiás) participava esta curiosa expedição e o seu resultado a não ma haver comido o mar como muitas outras curiozidades não vulgares"⁹³.

Também: "noticias da Capitania de Goyazes que no meio dos meus trabalhos pude salvar"⁹⁴.

Começa pois a escrever as **Notícias** em Salvador, tendo levado algum tempo reunindo o material. Em 1779 já havia iniciado a redação das mesmas, que continua, quando no Reino, em licença, em 1800.

Neste momento, Vilhena já é um homem no limiar da velhice, pois está com 56 anos. Pelos registros nunca gozou de boa saúde: ainda moço, deu baixa no exército "em atenção as molestias que nelle adquirio"⁹⁵. Pouco tempo depois está impossibilitado de ocupar a cadeira de latim em Altivo, "em razão de uma prolongada doença durante quazi hum anno"⁹⁶. Durante os anos que vive em Salvador esteve sempre adoentado, sem muitas esperanças de melhorar: "Sem que o decurso de tantos annos sejam bastantes para habituallo ou prometter-lhe esperanças de restabelecimento"⁹⁷.

Em 1797, pede licença para ir tratar da saúde em Portugal, anexando um atestado de que efetivamente estava doente:

"Attesto que... tem padecido desde sua chegada... de molestias nas cutaneas e hum grande prurido na pelle... tem igualmente sofrido continuadas apolpexias ou indisposições do estomago"⁹⁸.

Esta é a situação do homem que escreveu as **Notícias**. A partir daqui, pode-se tentar encontrar a verdadeira razão por ter empreendido este grande esforço: a sua real intenção"⁹⁹.

No texto, Vilhena afirma que não é historiador e que está simplesmente juntando dados que possibilitarão a outros redigir a História do Brasil: "escrevo cartas, e não História"¹⁰⁰. Na maioria das cartas, repete essa afirmação, negando sua capacidade para escrever uma História do Brasil: "não passo de um coletor do que vejo e me dizem"¹⁰¹. Também insiste, reiteradas vezes, nas dificuldades de toda ordem que encontra para recolher o material, ordená-lo, conferir sua veracidade: "so poucos ou nenhuns meios que tenho"¹⁰².

Uma hipótese que pode ser levantada consiste em saber se uma vez chegando de volta a Portugal, não teria concebido a possibilidade de utilizar seu esforço para auferir algumas vantagens do governo. Dedicava as três últimas cartas a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o poderoso ministro de Dom João¹⁰³, e, na época, é comum o pleitear empregos ou posições públicas através da apresentação de memórias a altas

personalidades do Estado. Muda, conseqüentemente, o nome do destinatário, que nas primeiras cartas é Filopono, e que agora se chama Patrifilo, ou seja, amigo da Pátria.

Esta possibilidade fica, de certa forma, mais plausível quando se analisa mais profundamente a última carta, número XXIV, "que contem a recopilação de alguns apontamentos políticos aplicados em parte às colônias portuguesas no Estado Brazil". Aparecem ali as seguintes frases, bastante reveladoras:

"Carece refletirmos se tem havido a perciza attenção à solidez destas colunas (refere-se à População, Agricultura e Commercio, que são as colunas mais solidas das Colonias), se se achão em estado de sustentar o grande pezo que sobre ellas gravita; e o modo porque poderão sustentallo no cazo de terem sahido de seu equilibrio. He este, meu Patrifilo o assumpto que me proponho para dizer-te..."¹⁰⁴.

Também diz "vou tentar se descubro meu Patrifilo, a cauza originária deste parecido paradoxo" que é:

"porque em hum paiz tão fecundo das produçoens da natureza, tão rico em essencia, tão vasto em extensão, há de ser habitado por hum tão diminuto número de colonos, a maior parte pobres, muitos delles efoimados? (é) couza que mais contraditória pareça à rezão"¹⁰⁵.

E a respeito da Capitania de São Pedro

vou lembrar-te os meios que me parecem mais proprios para meter em maior proveito as suas produçoens e sanar a indigência... que o comum do povo ali experimenta"¹⁰⁶.

Vilhena expressa a sua intenção de fazer um balanço de um assunto muito sério para a época, ou seja, uma avaliação geral da colonização, não somente em relação às medidas política que a Coroa já tomou, mas também às que estão em vigor, e também às que deverão ser tomadas para manter a Colônia, reformando-a. E essas medidas a serem tomadas são muito audaciosas, pois, como se verá, propõe nada menos do que uma reforma agrária, e o fim da escravidão.

Perdida no meio de uma carta, aparece a indicação do que Vilhena está pretendendo fazer: um balanço geral da colonização, uma crítica aos métodos empregados para manter o sistema funcionando, e uma proposta reformadora para que não venham a "sahir de seu equilíbrio".

O Conde de Linhares é um destinatário adequado para receber o vasto elenco de reformas que estão arroladas na obra de Vilhena. O professor régio sabia que haveria de encontrar no Ministro um homem com as mesmas idéias que ele, já que

"D. Rodrigo, se ostentava intelectualmente um certo liberalismo — mesmo porque para ser reformador tem-se que ser inovador — praticamente se revelava, de tão autoritário um absolutista puro"¹⁰⁷.

Assim, já se pode chegar a uma conclusão mais precisa sobre a verdadeira intenção de Vilhena ao escrever as **Notícias**. Com toda a certeza, era mais do que só fornecer subsídios para alguém vir a escrever a história do Brasil. A chave desta questão está na viagem de Vilhena a Lisboa, em fins de 1799. A partir desse momento, decide pedir a jubilação. Pode ser que, no momento da viagem, animado com as perspectivas que o modo de pensar de D. Rodrigo lhe abriam, tenha feito um esforço para apresentar as **Notícias** como testemunho de sua erudição, patriotismo e visão política reformista, o que lhe recomendaria para um lugar mais destacado na admiração do vasto império colonial português.

Se Vilhena viesse solicitar **mercês**, deveria naturalmente querer agradar, e talvez essa intenção tenha servido de freio, tenha imposto um limite à sua crítica, no sentido de que só pleitearia uma reforma do que ele sabe poder ser reformado por seu interlocutor, ou, em outras palavras, só apontaria como errado o que acha que o Rei ou seu ministro consideram errado.

Seja o que for que tenha em mente, não teve êxito.

E mesmo com a vinda da Família Real para o Brasil, não foi chamado pelo Conde de Linhares para ocupar o lugar que achava que seu talento merecia.

NOTAS

- 1 VILHENA, Luís dos Santos. **Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas**. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921. p. 23.
- 2 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1852, **15**, p. 558.
- 3 CALMON, Pedro. **História da literaturabahiana**. Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, 1949. p. 76.
- 4 VILHENA, op. cit. nota 1, p. I.
- 5 Ibidem, p. II.
- 6 Esta carta foi descoberta em 1932.
- 7 O Padre Luís Antonio Verney publicou o **Verdeiro método de estudar**, em 1746; os capítulos da obra apresentam-se divididos em dezesseis cartas, cada uma com um assunto e um destinatário específicos.
- 8 A palavra **soteropolitano** é uma construção erudita e significa "da cidade de Salvador", isto é, **sotero** (Salvador) e **polis** (cidade). **Filopono**, que é como se dirige ao Príncipe Regente, vem de **filo** (amante de) e **ponos** (trabalho). **Amador Verissimo de Aleteya**, nome com que assina suas cartas, significa o fiel amigo da verdade, pois **aleteya** em grego quer dizer "verdade". **Patrífilo**, a quem dedica as últimas cartas, quer dizer "amigo da Pátria".
- 9 Das vinte e quatro cartas, quinze da Bahia.
- 10 VILHENA, op. cit. nota 1, p. 10-20.
- 11 Ibidem, p. 627. Esta última citação, ao contrário das anteriores, é do "Cathalogo", e sim da introdução à Carta XVII.
- 12 Ibidem, p. 7.
- 13 Ibidem, p. 11.
- 14 SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Revista por Capistrano de Abreu. 4. ed. São Paulo, Nacional, 1954. Nota preliminar.
- 15 VILHENA, op. cit. nota 1, p. 675.
- 16 Ibidem, p. 63.
- 17 Ibidem, p. 455.
- 18 Ibidem, p. 468.
- 19 Ibidem, p. 809.
- 20 Ibidem, p. 810.
- 21 Ibidem, p. 810.
- 22 Ibidem, p. 594.
- 23 Ibidem, p. 541.
- 24 Ibidem, p. 530.
- 25 Ibidem, pp. 457, 458.
- 26 Ibidem, p. 62.
- 27 Ibidem, p. 399.
- 28 Ibidem, p. 600.
- 29 Ibidem, p. 715.
- 30 Ibidem, p. 954.

- 31 Ibidem, p. 706. Este autor, cujo nome também vem grafado errado, chama-se Savary das Brúlons; sua principal obra é o **Dicionário do Comércio**, que mereceu várias reedições em torno dos meados do século XVIII. Raynal o considerava ultrapassado e de difícil leitura; serviu-lhe de estímulo entretanto para escrever sua obra.
- 32 Ibidem, p. 598.
- 33 Ibidem, p. 698. O livro foi publicado em Amsterdam com o nome **Rerum per Octenium in Brasilia**, em 1647.
- 34 Ibidem, pp. 387, 390.
- 35 Ibidem, p. 393.
- 36 Ibidem, p. 392.
- 37 Ibidem, p. 935. É a **Relação anual das couzas qce fizeram da Companhia de Jesus**, editada em Lisboa, em 1604.
- 38 Ibidem, pp. 398, 394, 603.
- 39 Ibidem, p. 395. **Trata-se da História de Portugal restaurada**, de D. Luís de Menezes, Conde de Ericeira, obra muito completa, fruto de anos de pesquisa. Publicada em Lisboa, em 1679, trata da guerra holandesa como um acontecimento inserido numa problemática geral.
- 40 Ibidem, pp. 394, 395. Esta obra foi publicada em Lisboa, em 1678, tendo sido traduzida de uma primeira edição espanhola, de 1628.
- 41 Ibidem, p. 391. A edição integral desta obra ocorreu pela primeira vez em 1888, nos **Anais da Biblioteca Nacional**, mas é de 1918 a edição crítica, magistralmente comentada por Capistrano de Abreu.
- 42 Publicada pela Academia Real de História, em Lisboa, em 1730.
- 43 VILHENA, op. cit. nota 1, p. 391.
- 44 Ibidem, p. 390.
- 45 Ibidem, p. 388.
- 46 Ibidem, p. 409.
- 47 Ibidem, p. 675. Esta crítica a Rocha Pita coloca Vilhena entre os mais autorizados historiadores brasileiros — entre eles Varnhagen, Taunay, Capistrano de Abreu e José Honório Rodrigues — que consideram a obra de escasso valor.
- 48 Ibidem, p. 394.
- 49 Ibidem, p. 446.
- 50 Ibidem, p. 675.
- 51 Ibidem, p. 673.
- 52 Ibidem, p. 26.
- 53 Ibidem, p. 446.
- 54 Ibidem, p. 445.
- 55 Ibidem, p. 457, 458.
- 56 Ibidem, p. 396.
- 57 Ibidem, p. 473.
- 58 Ibidem, p. 654.
- 59 Ibidem, p. 512.
- 60 Ibidem, p. 672.
- 61 Ibidem, p. 854.

- 62 Ibidem, p. 405.
- 63 Ibidem, p. 666.
- 64 Ibidem, p. 406.
- 65 Ibidem, p. 399.
- 66 Ibidem, p. 309, 310.
- 67 Ibidem, p. 673.
- 68 Ibidem, p. 673.
- 69 Ibidem, p. 912.
- 70 Ibidem, p. 393.
- 71 Ibidem, p. 863.
- 72 Ibidem, p. 685.
- 73 Ibidem, p. 913.
- 74 Ibidem, p. 585.
- 75 Ibidem, pp. 678, 682.
- 76 Descoberta e publicada por Braz do Amaral, em 1935.
- 77 VILHENA, op. cit. nota 1, pp. 872, 905.
- 78 Ibidem, p. 11.
- 79 Ibidem, pp. I-III.
 - Prospecto da Cidade da Bahia em 1801
 - Planta Hydrografica da Bahia
 - Frontespício da Sé
 - Planta e prospecto da fortaleza de Santo Antonio da Barra
 - Planta e prospecto do fortinho de Santa Maria
 - Planta e prospecto do fortinho de S. Diego
 - Planta e prospecto do reduto de São Fernando
 - Planta e prospecto da fortaleza do mar
 - Planta e prospecto do fortinho de S. Francisco
 - Planta e prospecto do fortinho da Ribeira
 - Planta e prospecto de S. Alberto
 - Planta e prospecto do fortinho de Monserrate
 - Planta e prospecto do forte de S. Bartholomeu da passagem em Itagipe
 - Planta da Bahia no princípio do século XVIII
 - Planta e prospecto do Forto de São Pedro
 - Planta e prospecto do forte de S. Paulo, ou da Gambôa
 - Planta da Fortaleza do Barbalho
 - Planta e prospecto da Fortaleza de S. Antonio além do Carmo
 - Planta e prospecto do forte de São Lourenço, na ilha de Itaparica
 - Planta e prospecto do fortinho de Santa Cruz, na fóz do rio Paraguassú
 - Planta e prospecto da fortaleza do Morro de São Paulo, na Ilha Tinharé
 - Uniforme do 1º Regimento de Linha em 1800
 - Uniforme do 2º Regimento de Linha
 - Uniforme do Regimento de Artilharia de Linha
 - Uniforme do Regimento dos Uteis, ou 1º de Milícias

- Uniforme do 2º Regimento de Milícias
 - Uniforme do Regimento dos Pardos
 - Uniforme do Regimento dos Pretos, ou Henriques
 - Uniforme da Companhia dos Familiares
 - Uniforme dos Capitães Mores de Assaltos
 - Uniforme dos Capitães Mores de Ordenanças
- 80 *Ibidem*, pp. 968 a 975.
- 81 Isto se explica pelo fato de estar dedicado a uma autoridade portuguesa: primeiro ao Príncipe Regente e depois ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho.
- 82 VILHENA, op. cit., nota 1, p. 11.
- 83 "Ótimo engenheiro, serviu muitos anos na Capitania da Bahia, nos meados do século XVIII, exercendo inclusive a direção da Aula Militar de Fortificações e Geometria daquela Praça... Morreu em 1785". TAVARES, Lyra. **A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil**. Lisboa, Seção de Publicações do Estado Maior do Exército, 1965. **A Notícia geral** foi publicada pela primeira vez em 1931, na Revista do Instituto Histórico Geográfico da Bahia, nº 57, pp. 444 em diante.
- 84 VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia do século XVIII**. Salvador, Itapua, 1969. Apresentação.
- 85 RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**, 2. ed. São Paulo, Nacional, 1979. pp. 239-240.
- 86 VILHENA, op. cit. nota 1, p. 967.
- 87 *Ibidem*, p. 123.
- 88 *Ibidem*, p. 791.
- 89 *Ibidem*, p. 792.
- 90 Ver Anexo 6.9.
- 91 VILHENA, op. cit., nota 1, p. 799.
- 92 *Ibidem*, p. 866.
- 93 *Ibidem*, p. 869.
- 94 *Ibidem*, p. 905.
- 95 Ver Anexo 6.11.
- 96 Ver Anexo 6.11.
- 97 Ver Anexo 6.11.
- 98 Ver Anexo 6.2.
- 99 Afirmar uma intenção quando na realidade se tem outra não é monopólio de Vilhena. A respeito de Gabriel Soares de Souza e seu **Tratado descritivo do Brasil**, escrito em fins do século XVI, diz Wilson Martins: "Sua intenção não 'era escrever um documento objetivo. O tratado foi descrito para ocupar os lazeres de uma longa espera; mas ele esperava eram concessões e privilégios para ocupar, física, econômica, humana e culturalmente o território". MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**, 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1977. v. 1, p. 131.
- 100 VILHENA, op. cit. nota 1, p. 24.
- 101 *Ibidem*, p. 55.
- 102 *Ibidem*, p. 803.

103 D. Rodrigo é um dos ministros mais ativos do Príncipe Regente e se empenha em modernizar o Brasil, sendo responsável por inúmeras reformas de conseqüência, entre elas, a introdução da vacina na Colônia. "Em matéria administrativa parecia... acelerar extraordinariamente o movimento sem mudar o sistema do maquinismo, apenas aumentandolhe as peças e carregando demasiado a pressão. Na lida, não ocorria ao precipitado engenheiro que a velha e carcomida armação agüentaria a refrega". E ainda: "A solicitude administrativa de R. Rodrigo timbrava em atingir todos os assuntos a que se aplicava a sua inteligência de uma extrema versatilidade. No Brasil, onde era vasto e quase virgem o campo das reformas, ele havia de dedicar-se a mil assuntos de cada vez". LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945. pp. 90, 200, 201.

104 VILHENA, op. cit. nota 84, p. 910.

105 Ibidem, p. 926.

106 Ibidem, p. 626.

107 LIMA, op. cit. nota 103, p. 189.